

“TUDO O QUE É EXTREMO MERECE REFLEXÃO, POIS ENTRE OS EXTREMOS HÁ CAMINHOS A
PERCORRER E MERECEM SER DISCUTIDOS”-
ENTREVISTA À PROFESSORA DOUTORA ROSITA EDLER CARVALHO

Por Edicléa Mascarenhas Fernandes¹
Felipe Vieira Monteiro²



A entrevistada, Professora Doutora Rosita Edler Carvalho, é Pedagoga, Psicóloga, Especialista em Psicopedagogia e Neuropsicologia, Mestre em Ciências Políticas e Doutora em Educação. Tem uma vasta trajetória no campo da educação e psicologia que se entrelaça com a própria história do movimento da Educação Especial e Educação Inclusiva no Brasil. Foi professora da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, Coordenadora do Serviço de Triagem e Avaliação da APAE/ Guanabara, Professora do Instituto Nacional de Educação de Surdos, Diretora do Instituto de Psicologia da UERJ, primeira Coordenadora Setorial de Educação Especial do Estado do Rio de Janeiro e Secretária Nacional de Educação Especial.

Participou da elaboração e revisão de várias políticas como a Política Nacional de Educação Especial de 1994, a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência; além da atualização da Política de Educação Especial de 2008. Autora de diversos livros sobre Políticas de Educação Especial e Educação Inclusiva, em sua mais recente obra, aborda as Neurociências na Educação.

Entrevistadora: Como nasceu a vocação pedagógica da Professora Rosita Edler Carvalho?

Entrevistada: Primeiro eu quero te agradecer a oportunidade de estar mais uma vez, comentando sobre minha trajetória pessoal profissional com ênfase para a Educação Especial. De criança, eu já manifestava a minha vocação para o magistério porque eu brincava de escola com as minhas bonecas. E como eu não tinha muitas bonecas (a família não tinha tantas posses), então eu transformava alguns

¹ Doutora em Ciências na Área de Saúde da Criança e da Mulher. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEI-UERJ) / PPGCEC/FEBF/-CMPDI e PDCTIn/UFF.

² Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/ UERJ.

objetos em bonecas ou bonecos. Eu brincava de dar aula a eles, usando algumas revistas que meus pais recebiam.

Entrevistadora: Fale-nos um pouco sobre seus primeiros anos como professora

Entrevistada: Quando cheguei a idade de dez para onze anos, me matriculei no curso para fazer concurso para o Instituto de Educação. Fui aprovada, para o que se chamava na época de Ginásio, do qual passei direto para o Curso Normal, que naquela época era uma continuação do Ginásio. No final do Curso Normal fiz como todas as normalistas um estágio como docente com a supervisão no próprio Instituto. Ministrava aulas em turmas do Ensino Primário, termo usado naquela época, hoje Ensino Fundamental. Normalmente as turmas eram compostas por alunos filhos de professores do próprio Instituto; então eram alunos para os quais não faltavam materiais e eram crianças que podiam contar, em casa, com o apoio de irmãos mais velhos, dos pais alguns até de avós.

Entrevistadora: Como foram suas primeiras experiências com alunos com necessidades especiais?

Entrevistada: Após o término do curso Normal (Formação de Professores Primários), nós fomos chamados para a escolha de escola. Eu felizmente tinha situação bastante boa e pude escolher uma escola na Ilha do Governador. Foi onde eu comecei a trabalhar em 1956.

A minha vaga foi para uma escola rural e eu me lembro perfeitamente que pegava o ônibus, saltava no Galeão, na época o aeroporto atual não existia. Lá ficava uma caminhonete que levava e retornava com professores que lecionavam na escola.

Os alunos eram filhos de pessoas que trabalhavam no campo. Recebi uma turma bem heterogênea com os alunos não tinham conhecimento da vida na cidade. Eram crianças bem interioranas, super interessadas e eu passei um período não muito grande nesta escola porque logo se abriu uma vaga numa escola não rural: a Escola 5-13 Rotary. Eu me lembro perfeitamente até do prefixo. Fui transferida para esta escola cuja diretora se chamava Maria Carvalhais Cortez. Ela me entrevistou junto com outras professoras, me fez inúmeras perguntas, que respondi entusiasmadíssima, pois finalmente as bonecas (risos) e os meus objetos representativos de crianças (objetos transicionais de Winnicott) passariam a ser seres humanos verdadeiros: eram muito diferentes daqueles com os quais eu tinha estagiado na escola do Instituto de Educação. Bem! Dona Cortez disse: Eu vou lhe dar um presente! E o presente foi uma turma de alunos especiais, que era o nome que eles tinham na época. Alunos especiais... Não era classe que era especial; eram os alunos que eram especiais.

Comecei a trabalhar com essa turma foi uma experiência, eu diria dramática no início, porque eu estava completamente desqualificada para o trabalho com aquele grupo de alunos. Eles eram exatamente o

”oposto” das crianças com as quais eu havia feito o meu estágio e dos que eu conheci na escola rural. Não tinham cadernos, não tinham lápis, não tinham pastas, alguns usavam, até lata de biscoito, para levar seus materiais para a escola.

Eu me dei conta, nesta época, que tinha recebido uma formação muito rica, mas muito distante da realidade do Brasil; tomando-se como exemplo essa escola Rotary e esta turma de alunos especiais.

Passei por momentos de muita dificuldade, procurei ajuda com as colegas da própria escola. Mas elas não tinham o que me dizer; inclusive alegavam que não ficaram com essa turma pela dificuldade que elas sabiam que a turma ocasionava. Que tinham dado graças a Deus quando abriu a vaga e tinha vindo uma pessoa recém-formada, saída do Instituto, cheia de ideias e de ideais.

E assim foi... Eu trabalhei com essa turma, foi bem difícil e nessa mesma época, em 1956, comecei a correr atrás de ajuda e suporte...

Entrevistadora: E o seu encontro com a APAE, como aconteceu?

Entrevistada: Foi nesta ocasião que eu encontrei a APAE, que na época era APAE da Guanabara, que ficava na rua Hadock Lobo, dirigida pela Professora Consuelo Pinheiro, de saudosíssima memória, com quem eu tive uma entrevista. Expliquei as minhas dificuldades, com a turma, expliquei que os todos os materiais que eu havia preparado durante a minha formação no Instituto de Educação, não serviam como estímulos para aqueles alunos, que eram super indisciplinados e, para mim, estava muito difícil conduzir a turma no processo ensino aprendizagem. Então a Professora Consuelo me sugeriu que eu fizesse cursos na APAE. Eu fiz vários cursos, aprendi, não só a questão do manejo de turma, como também a utilização de alguns recursos pedagógicos que passei a utilizar na sala de aula, Naquela época, eu diria, que por intuição e depois por opção pelo que aprendi estudando o método fônico com o desenvolvimento da consciência fonológica.

Então eu brincava com as crianças com os sons das letras e fazia com que elas trabalhassem o som da letra inventando palavras, dizendo palavras que conheciam. Na verdade, o que eu fazia era desenvolver a proposta de Fernando Cesar Capovilla de alfabetização fônica, com o desenvolvimento da consciência fonológica, trabalhando rima, aliteração, transposição silábica, omissão silábica, etc. Enfim, esse primeiro ano se passou, no outro ano eu recebi novamente uma turma especial. Já mais tarimbada, tinha mais material e, no terceiro ano de trabalho na Escola Rotary, deram-me uma turma dita normal e eu me vali muito de tudo que eu havia aprendido e aplicado enquanto educação especial com as duas turmas anteriores e foi um ano, diria, de leveza.

Depois de uns cinco anos atuando na Escola Rotary recebi da Profa Consuelo da APAE um convite para trabalhar como professora auxiliar de classe na APAE ao lado de uma professora regente. No primeiro momento, foi um impacto, pois afinal eu já tinha cinco anos de magistério dos quais quatro com alunos especiais e um com alunos ditos normais. A Profa Consuelo informou que era a regra de admissão na escola da APAE.

Durante um ano fui coadjuvante de uma professora e percebi que os alunos que frequentavam a APAE eram bem diferentes dos alunos que eu tinha lecionado como alunos especiais na Escola Rotary e muito, muito diferentes dos alunos que eu conhecera no Instituto de Educação.

Eu tive meu grande primeiro *insight*... Chamamos todos de estudantes, aprendizes, alunos e os englobamos todos com este rótulo. Mas cada um é único. A proposta de ensino, para que haja aprendizagem, com reflexão, com crítica, essa proposta não pode ser a mesma para todas as crianças. Quando eu recebi para reger a primeira turma na APAE, a coordenadora pedagógica era a Fonoaudióloga Abigail Muniz Caraciki. Nós decidimos que eu iria trabalhar com grupos e como as turmas eram pequenas, dez doze alunos, dividimos a turma em grupos de três alunos. E eu aprendi que o trabalho em grupo facilita muito a aprendizagem humana porque um ajuda o outro. Embora eu levasse o mesmo trabalho, para ser executado por todos percebia que havia uma graduação e gradação no entendimento e na realização das tarefas, sendo que alguns eram mais rápidos e faziam a tarefa com mais precisão e outros eram mais lentos e precisavam de ajuda para concluírem a mesma tarefa.

Foi um período muito rico esse meu de magistério na APAE. A APAE cresceu tanto que foi decidida pela direção da organização, a criação de um serviço de avaliação, triagem e orientação que se chamava SATO (Serviço de Avaliação Triagem e Orientação). Fui convidada a coordenar esse serviço. Era uma equipe multidisciplinar com psicólogos, psiquiatras, neurologistas, assistentes sociais e quanto necessário um endocrinologista. Foi uma experiência inovadora porque trabalhar com outras áreas de formação profissional era novidade pra mim com trabalho em equipe.

As crianças eram encaminhadas e passavam por uma avaliação para triagem, ou seja, fica na APAE ou não fica na APAE. Esse era o modelo da época. Hoje em dia eu questiono as práticas de triagem, acho que a escola é para todos e à medida que a criança vai sendo melhor conhecida, ela deve ser enturmada com colegas, cujo rendimento, não só escolar, mas rendimento em termos do fazer, do querer fazer, da motivação sejam similares.

Trabalhei no SATO durante muitos anos, até 1975, quando houve a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro e nessa época eu recebi um convite para retornar à Secretaria de Educação e

Cultura do Estado do Rio de Janeiro, que me propôs assumir a Coordenadoria de Estadual de Educação Especial.

Entrevistadora: A senhora foi a primeira Coordenadora Estadual de Educação Especial do então criado Estado do Rio de Janeiro, após a fusão. Como foi esta primeira experiência em gestão pública?

Entrevistada: Hesitei muito em aceitar este convite. O meu convívio com a equipe multidisciplinar me havia mostrado quantas falhas eu tinha na minha formação global qualitativamente encarada. Fiz o concurso para a UERJ onde fiz o meu primeiro curso superior: o curso de pedagogia.

Eu trabalhava na APAE e fazia o curso de Pedagogia. Quando eu me defrontei, digamos assim, em diálogo com os psicólogos, dei-me conta que Pedagogia era pouco. Então lá fui eu para fazer a Psicologia e dou graças a essas colegas que me estimularam; eu diria, provocativamente a fazer o curso de Psicologia. Continuava lá no SATO, mas recebi como já disse a pouco, o convite da Secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, Professora Myrthes de Luca Wenzel que me propôs a Coordenadoria Setorial de Educação Especial da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do recém criado Estado do Rio de Janeiro (1975). Essa coordenadoria absorveu o grupo que trabalhava na educação especial do antigo estado do Rio de Janeiro, cuja sede era em Niterói. Outros especialistas foram convidados a comporem a equipe da Educação Especial.

A proposta de gestão da Secretária era baseada no modelo sistêmico e todas as coordenadorias trabalhavam integradas. Foram produzidos documentos conjuntos de tal modo que, embora fosse educação especial, a equipe não estava isolada, segregada ou separada dos outros colegas que tinham outras funções no ensino primário.

A Secretaria tinha uma política de descentralização e foram criadas Equipes Técnico Regionais e, nós criamos gradativamente as ETRESPES (Equipes Técnico Regionais de Educação Especial). Fazíamos reuniões mensais com as coordenadoras das ETRESPES como na Coordenadoria Setorial de Educação Especial. Nós entendíamos que, não era possível, uma só pessoa, dar conta de todas as áreas. Estimulamos que as ETRESP usassem o mesmo modelo. município do Rio de Janeiro, a Professora Terezinha Machado há muitos anos liderava a Educação Especial, e muitas vezes, recorri a ela me busca de ajuda. Eu me articulava muito com a Professora Terezinha e com o aval da própria Secretaria Estadual de Educação.

Assim como no município do Rio de Janeiro, em outubro, nós recebíamos as listas das crianças “suspeitas de deficiências” dos municípios do Estado e os psicólogos da Coordenadoria Setorial de

Educação Especial realizavam uma avaliação coletiva. Usávamos o teste de inteligência não verbal (INV) do Pierre Weil. Era o que a gente tinha, era metodologia da época. Faltava-nos talvez, um conhecimento melhor e maior para que nós pudéssemos não criar alunos aplicando rótulo, pois hoje pelo que nós aplicássemos rótulos nos alunos num verdadeiro “espírito” de triagem; pois que nós sabemos hoje tais rótulos nem são favoráveis. Hoje em dia eu entendo que era o que se podia fazer. Hoje em dia eu jamais repetiria esse procedimento.

Entrevistadora: Como aconteceu nessa época a relação entre a Coordenadoria e o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) ? E a sua chegada ao CENESP?

Entrevistada: Havia propostas curriculares por áreas de deficiência elaboradas pelo CENESP; como éramos uma Coordenadoria Setorial nos articulávamos, não só internamente dentro da Secretaria, mas com o Ministério da Educação, com o CENESP que era coordenado pela Profa Sarah Couto César e onde também trabalhavam as Profas Olívia da Silva Pereira e Mara Helena de Novaes Mira, ambas de saudosa memória.

Eu fiquei na Secretaria Estadual de Educação até 1980, mudou o governo, houve a saída da Professora Myrthes e a, entrada do Professor Arnaldo Niskier, que me manteve no cargo. Por questões técnicas pedi minha exoneração do cargo de Coordenadora Setorial de Educação Especial.

Nessa época estava na coordenação do CENESP a Dra Helena Bandeira de Figueiredo que me telefona para agendar uma entrevista por ficar sabendo que deixara o cargo na Secretaria de Estado. Ela convida para integrar a equipe do CENESP, que funcionava no anexo ao Instituto Benjamin Constant. Aceitei hesitante, mas otimista com a nova experiência de trabalho em equipe.

Entrevistadora: Professora Rosita, a senhora também foi docente e gestora do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde deixou importantes legados.

Entrevistada: Com minha matrícula estadual fui trabalhar na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A Diretora do Instituto de Psicologia, Profa Ione Muniz Reis, convidou-me para lecionar uma disciplina cujo nome era Pedagogia Terapêutica. Foram anos difíceis, pois de dia trabalhava no CENESP e à noite no Instituto de Psicologia e Comunicação Social da UERJ. Desde o começo, absolutamente não concordava com esse nome. Algum tempo depois recebo um telefonema do Professor Arnaldo Niskier me informando que continuaríamos de certo modo trabalhando juntos. Em conversa com o então Governador do Estado do Rio de Janeiro, meu nome, que figurava na lista tríplice dos indicados, havia sido indicado para dirigir o Instituto de Psicologia e Comunicação Social. Então eu

assumi a direção do Instituto de Psicologia e ficou muito complicado manter atividade do CENESP e a direção do Instituto de Psicologia e Comunicação Social da UERJ. Eu e meu vice diretor entendíamos a necessidade de desvincularmos os dois institutos. Foi um trabalho de longuíssima duração. Na época da gestão (1980-1983), foi criada a área de Psicologia Escolar.

Entrevistadora: Ao final da sua gestão no Instituto de Psicologia da UERJ, como foi o início de sua atuação em órgão nacional na CORDE?

Entrevistada: O meu mandato terminou em 1983 e estava nas tramitações a separação dos dois institutos quando eu recebo informe do Reitor de que meu nome havia sido indicado para fazer um curso na Escola Superior de Guerra (ESG), onde cursei o Mestrado em Políticas Públicas. Ao término do curso, em 1984, fui convidada pelo então Comandante da ESG a permanecer no corpo permanente da ESG. Na Escola Superior de Guerra, trabalhei no Departamento Psicossocial, onde tive oportunidade de conhecer a diversidade do Brasil e também conheci meu segundo marido, que infelizmente já faleceu. Nos casamos, e como ele era General e foi transferido para Brasília, o acompanhei a princípio para atuar na EMFA, o Estado Maior das Forças Armadas. Sabendo que eu estava morando em Brasília, a Professora Maria de Lourdes Canziani requisitou-me para trabalhar na CORDE (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) devido ao meu Mestrado em Políticas Públicas, e neste momento a equipe da CORDE estava trabalhando na Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Entrevistadora: Como foi sua chegada ao Ministério da Educação, a criação da Secretaria Nacional de Educação Especial e a elaboração da primeira Política Nacional de Educação Especial?

Entrevistada: Depois de algum tempo de CORDE trabalhei na LBA também com a Ivana de Siqueira, mas eu comecei a me sentir um pouco deslocada, até porque sempre gostei de trabalhar em educação. Recebi então o convite do Ministro da Educação Murilo Hingel para coordenar a Educação Especial, que estava muito sucateada na época, sem materiais, espaço físico; e o Ministro compreendeu a necessidade do órgão ter o porte de Secretaria Nacional. Foi um início de gestão muito difícil! O grupo que lá estava comigo sentia a necessidade de redigirmos um documento de uma Política, e que não fosse de gabinete, mas construída pelo maior número de mãos brasileiras possíveis envolvendo pessoas da área.

Em um dos encontros com o Ministro, ele compreendeu esta necessidade e autorizou o início do processo. Então enviamos para as Universidades, para Secretarias de Estados e Municípios e para as ONGs um ofício circular solicitando que indicassem pessoas que pudessem colaborar na execução da política e, como aprendi na ESG, que não constasse somente revisão conceitual, mas composta por diretrizes e objetivos. Queríamos diretrizes que fossem suficientemente abrangentes e não restritivas tomando um estado ou uma região como modelo, já que nós consideramos o Brasil um país de dimensões continentais.

A primeira resposta que eu obtive favorável e entusiasmada foi da organização de surdos. Eles marcaram uma entrevista comigo e quiseram saber exatamente o que se pretendia com essa política. Então eu expliquei o quanto eu tinha encontrado a educação especial sucateada. Professora Marilene Ribeiro dos Santos que era Subsecretária de Educação Especial estava sempre presente e como ela trabalhava em Educação Especial no MEC, com muito mais razão e muito mais argumentos usava para os grupos que foram aparecendo até que nós fizemos um Primeiro Encontro Nacional no MEC, com autorização do Ministro.

Nesse primeiro encontro, nós traçamos um índice para a política e pedimos que não houvesse uma divisão por itens. Por exemplo, Região Norte ficaria com a tal parte, Região Nordeste com tal parte. Todos deveriam trabalhar no documento como um todo. O primeiro encontro foi em Brasília, depois fizemos encontros regionais. A política levou dois anos para ser escrita. Nós recebíamos as contribuições e contávamos com um grupo de trabalho para organizarmos os dados. Nas reuniões realizadas no MEC e nos Estados, foram surgindo novas terminologias como altas habilidades, superdotação, condutas típicas, síndromes, etc. E que foram incorporadas ao texto.

A política foi lançada em 10 de maio de 1994. A primeira Política Nacional de Educação Especial, que ainda estava dentro do modelo da integração/inclusão. O Presidente Itamar Franco indicou como Ministro Hingel, que nos permitiu fazer um trabalho bastante, eu diria, necessário. A primeira publicação de uma Política Nacional da Educação Especial, para a qual contribuíram estados, municípios, gestores, pais, ONGs, alunos, etc. Não foi uma política feita em gabinete.

Entrevistadora: Teve influência da Declaração de Salamanca?

Entrevistada: O Brasil não esteve na Conferência de Salamanca. A pessoa indicada foi a subsecretária Profa Marilene Ribeiro dos Santos, mas havia uma restrição para saída do país naquela época e o Brasil não enviou a representante, mas assinou o documento da Convenção. Nas minhas férias de 1994, fiz um curso na Espanha patrocinado pelo Ministro da Educação e Ciência. O curso foi em Madrid promovido

pelo Centro Nacional de Recursos em Educação Especial e participaram representantes de vários países. Tivemos oportunidade de visitar na Espanha vários Centros de Educação Especial, inclusive o de Salamanca.

Entrevistadora: E a atual perspectiva da Educação Especial? Qual sua concepção? Quais os saberes envolvidos?

Entrevistada: Bom! Agora, deixando a parte da minha trajetória de lado eu gostaria de dizer o que eu penso sobre a educação especial, educação inclusiva.

A educação especial, tal como ela foi concebida, como currículos especiais, com toda uma estruturação pedagógica e didática diferenciada e que era desenvolvida nas escolas especiais e em classes especiais sem uma supervisão nacional, sem projetos de pesquisa eu não estou de acordo com uma política de educação especial que tenha esse contorno. O que não quer dizer que eu não sou a favor da educação especial, entendida como o especial na educação. Vamos adjetivar a educação de especial, e não considerá-la um substantivo próprio composto: Educação Especial. E para que ela seja especial, depois das minhas andanças, das minhas experiências e com a idade que eu estou: acima de 80... E depois que eu fiz o curso de Neuropsicologia, não tenho a menor dúvida que a contribuição da Neuropsicologia não é só para o benefício dos alunos da educação especial, mas para o benefício do processo ensino aprendizagem de todos os alunos. Os professores precisam conhecer melhor o órgão de aprendizagem que é o cérebro humano. Com isso eu não estou querendo dizer que eles precisam aprofundar conhecimentos em anatomia ou fisiologia, que não seriam essas exatamente as áreas de interesse para o magistério. Entendo que o professor precisa conhecer os processos cognitivos, quais são esses processos, como eles se dão em termos de redes neuronais. Eu penso que o professor precisa, com a maior urgência, valorizar os processos que não são cognitivos, que atualmente são chamados de sócio-emocionais, nem sempre são valorizados como intervenientes, mas são extremamente significativos para a aprendizagem, para o interesse, para a motivação de qualquer dos alunos.

Eu penso, que do jeito que a inclusão foi pensada de uma forma radical e urgente está equivocada. Como, aliás, já dizia Aristóteles, tudo que é extremo, merece uma reflexão, pois entre os extremos há caminhos a percorrer e merecem ser discutidos.

A radicalização da inclusão, lamentavelmente, camuflou os aspectos extremamente positivos que a inclusão trouxe. Sem dúvida nenhuma, o convívio com a diferença é extremamente importante, até porque nós vivemos em um mundo no qual a diferença está em toda parte e no qual nós vemos que a

solidariedade está cada vez mais distante das relações interpessoais. Não seria uma solidariedade mecânica, como diria “Durkheim”, se aqui estivesse vivo.

Refiro-me a uma solidariedade orgânica, um sentimento que motive o desejo de contribuir solidariamente com o outro, pelo outro e porque, ao contribuir com o outro, você está se enriquecendo.

Quando o MEC, no ano de 2018, lançou a revisão da política de 2008, porque já faziam dez anos que tinha sido lançada, pareceu-me oportuno e desejável. Pelo que história conta e nós constatamos, a de 2008 foi uma política elaborada por pessoas muito capazes, muito competentes, mas foi elaborada dentro de um gabinete.

A revisão de 2008 foi colocada em consulta pública sem uma divulgação maior e nem todos tomaram conhecimento, porque ela estava no *site* da Secretaria de Educação Especial do MEC e nem todos os professores de todas as áreas visitam o site do MEC e muito menos o da Educação Especial.

Então houve um movimento muito grande e a Professora Ivana Siqueira, Secretária da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, criou um grupo para assumir as responsabilidades de refletir sobre a educação especial e quem veio chefiar esse grupo foi a professora Patrícia Raposo, que é uma pessoa cega, com uma vastíssima experiência e com uma capacidade crítica e reflexiva invejáveis.

Foram criadas treze coordenações, sendo que a tarefa de uma delas era a de elaborar o texto da política. Os Professores Miguel Chacon, Soraya Napoleão, Erenice Carvalho fizeram parte desta coordenação, após se candidatarem ao edital para consultores. Visitaram estados, municípios e organizações não governamentais colhendo subsídios para a elaboração de um primeiro texto. As Professoras Ivana Siqueira e Patrícia Raposo convocavam reuniões para discutir a redação do texto preliminar.

Eu penso, até onde eu acompanhei a proposição da revisão da nova política de 2018 denominada de Inclusiva, Equitativa e ao Longo da Vida, quer dizer, igualdade de direitos e oportunidades para todos, o que não é a mesma coisa que oportunidades iguais; para incluir na aprendizagem, na participação não é incluir na sala como mais um aluno, mais um número de matrícula.

Houve muitos debates acirrados nestas reuniões que a Professora Ivana presidia e a Professora Patrícia provocava sobre a criação ou a recriação das classes especiais, porque todos nós tínhamos medo de que as classes especiais fossem depósito para alunos que não estivessem bem no ensino comum e fossem encaminhados para essas classes, sem as devidas orientações e acompanhamentos.

Lembremos que o modelo das salas de recursos multifuncionais na política de 2008 foi analisado por uma extensa pesquisa idealizada na Universidade de São Carlos. A Professora Eniceia Mendes criou um laboratório de observação e produziu livros que merecem ser conhecidos, divulgados, nos quais

aparecem alguns resultados que mostram que nestas classes de recursos não estavam somente alunos com deficiência, mas muitos com dislexia e com distúrbios de atenção com ou sem hiperatividade. Também há registro de diversos modelos de atendimento educacional especializado e da formação de turmas com várias manifestações de deficiências.

Assim como as conclusões de algumas universidades e que constam dos livros que a Professora Enicéia publicou mostram que os desejáveis e imprescindíveis encontros entre o professor de sala de recursos e o professor da classe comum, que deveriam ocorrer periodicamente, não foram concretizados. Na maioria das escolas, estes encontros ou não existiam ou eram muito esporádicos porque os professores trabalhavam em turnos diferentes e não tinham tempo de estar se encontrando e nem sempre o trabalho da sala de recursos era o trabalho que se esperava porque em muitas delas (isso também consta dos resultados das pesquisas) eram usadas como reforço pedagógico.

As salas de recursos multifuncionais foram propostas na política de 2008, esclarecendo-se que não eram para reforço pedagógico e sim para atender às necessidades básicas de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Em algumas normas técnicas do MEC, como as de números 9 e 11 há referências à importância do desenvolvimento nos alunos das funções mentais superiores.

O desenvolvimento das funções mentais superiores aparece naqueles documentos do MEC como uma das atribuições do professor de sala de recursos.

Pelas minhas andanças, quando eu entrava nas escolas e perguntava aos professores o que entendiam por desenvolvimento das funções mentais superiores, costumavam alegar: - Mas isso não está escrito em lugar nenhum! – Eu andava com todos os documentos debaixo do braço e os professores mostravam-se surpresos porque não tinham identificado essas atribuições. Muitos diziam, um tanto surpresos: – Professora! Nem tinha reparado nisso. E nem sei do que se trata!

Eu cheguei a ouvir, numa universidade, uma das alunas, ironicamente, me perguntando, se havia funções mentais inferiores. Eu respondi: Sim! Há sim! São as funções primárias, as funções instintivas, aquelas funções que não passam por um processo de elaboração porque são impulsivas, instintivas, bem primárias. Lembremos que o cérebro humano evoluiu e assim prossegue.

Entrevistadora: Professora Rosita, a senhora tem se preocupado recentemente com a interlocução entre Educação e Neurociências, inclusive aborda essa questão no seu último livro O Cérebro vai para a Escola e o Coração vai Junto. Fale um pouco para nós acerca dessa interlocução.

Entrevistada: Hoje, nós sabemos da importância e da urgência de “diálogos” entre as neurociências e a educação. Graças às contribuições das neurociências cognitivas (também conhecidas como

neuropsicologia) sabemos que existem funções executivas nos lobos frontais e pré-frontais, de vários processos indispensáveis para a aprendizagem como: planejamento, inibição de comportamento, pensamento, linguagem. O professor-educador precisa usar esses conhecimentos na prática pedagógica do dia a dia na sala de aula.

Por isso que o meu último livro é intitulado O CÉREBRO VAI PARA A ESCOLA E O CORAÇÃO VAI JUNTO. No processo ensino-aprendizagem precisamos estar atentos e vigilantes ao desenvolvimento das áreas cognitiva, intelectual que emolduram os demais aspectos, sem perder de vista os aspectos sócio-emocionais.

Nós temos um sistema no cérebro, que é o sistema límbico com duas porções mínimas. São duas, uma em cada hemisfério, chamadas amígdalas e que têm um papel importantíssimo na seleção do que “passa e do que não passa” em termos afetivos e emocionais, para a efetivação da aprendizagem.

Eu penso que nós precisamos garantir o especial na educação para todos os alunos. Eu penso que as escolas especiais, elas são sim necessárias, mas não no modelo anterior.

Na verdade, a nossa escola, como um todo precisa se repensar e se ressignificar; assim com as escolas especiais como um todo precisam se repensar e se ressignificar. Eu diria que há um bom caminho para isso e esse caminho está nas neurociências aplicadas à educação.

Já existe uma rede nacional de neurociência aplicada à educação. Essa rede é coordenada pelo professor e neurologista Robert Lent, e trata das relações entre as neurociências e os processos de ensino e aprendizagem. Tive a honra de dividir uma mesa com ele no Congresso de Educação Especial na UFSCAR.

Não existe a pretensão de criar regras, roteiros e, muito menos, a pretensão de ter modelos, mas temos a pretensão de expandir o horizonte dos professores para que eles visualizem o aprendiz, mais do que aquele sujeito, que está na sala de aula e ocupa uma carteira, trabalhando individualmente, ou em grupo que seria o ideal. Trata-se de um sujeito de direitos, que tem uma história, que tem uma trajetória e que tem muito a contribuir. Nós precisamos dar ouvidos a esses alunos, para “tirar” deles, no bom sentido, experiência de vida que eles acumularam e que se podem encaixar nos conteúdos curriculares de várias disciplinas.

Eu penso que temos muito que fazer; não sou pessimista. Ainda não conheço o texto da última versão da Política de 2018, que é uma atualização da política de 2008. Até onde acompanhei, insisti veementemente para que as contribuições das neurociências fossem incluídas no texto.

Insisti veementemente que a mensagem da funcionalidade viesse a substituir os rótulos que são aplicados aos alunos a partir de testes; o que não significa jogar os testes fora.

Os psicólogos precisam e devem conhecer os manuais, mas vamos aprender a reler a produção dos alunos em termos de percepção, de memória, de atenção, de raciocínio lógico e crítico. A memória de curta duração, que é a memória que o aluno usa em sala de aula tem sido objeto de estudo e pesquisas nacionais e internacionais. Há trabalhos interessantíssimos sobre isso. Muitas vezes o aluno não acompanha a aula porque ele perdeu o início, não porque estava distraído, mas porque tem dificuldade no processamento das informações. Sua memória de curta duração ou memória de trabalho precisa ser estimulada.

Se ele não entendeu o que a professora falou e o que a professora solicitou, ele está excluído desde o início. Embora não deva ser considerado “deficiente”!

Entrevistadora: E o futuro da Educação Especial Inclusiva?

Entrevistada: Eu sou inteiramente a favor da inclusão. Entenda-se inclusão na aprendizagem e inclusão na participação. Sou inteiramente contrária à inclusão como um número a mais na sala de aula, como uma matrícula a mais para enriquecer estatísticas. Os grupos sempre são heterogêneos. A professora fica um tanto ou totalmente ‘perdida’ como eu fiquei quando comecei a trabalhar. Estava desqualificada sem saber por onde começar. Sem saber o que fazer e tendo um currículo a cumprir e uma diversidade de alunos com capacidades e interesses diferentes.

Todos podem aprender. Todos! Cada um com seu ritmo, com seu “estilo” necessitando de estímulos diferenciados.

Sugiro aos leitores deste texto que busquem nas neurociências algumas respostas para a educação que os façam se sentir “melhores” como educadores e permitam que seus alunos desenvolvam suas potencialidades.

Boa Sorte!

Créditos:

Entrevistadora:

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Doutora em Ciências na Área de Saúde da Criança e da Mulher

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEEI-UERJ) / PPGCEC/FEBF/-CMPDI e PDCTIn/UFF

Transcritor:

Felipe Vieira Monteiro

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação, Comunicação e Cultura
da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/ UERJ

Endereço (físico) correspondência:
Núcleo de Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ)
Faculdade de Educação/ 12º andar/ bloco A- sala 12023 - Rua São Francisco Xavier 524 –
Maracanã – CEP: 20550-900

E-mail:
professoraediclea.uerj@gmail.com

